

SOCIEDADE BRASILEIRA DE VIGILÂNCIA DE MEDICAMENTOS



SOBRAVIME

Número 3
Maio
Junho
Julho 91

Diretoria Executiva
E. A. Carlini
José A. Cabral Barros
Solange A. Nappo
Washington Garbin
Helena Lutésia L. Coelho
Marisa Lima Carvalho
Semiramis L. Tannhauser

Responsabilidade editorial
Alicione G. de Alencar Rocha
José Ruben P. de Alcântara Bonfim

REPERCUSSÃO

1. Controle do Cytotec

Por solicitação do Instituto Equatorial de Cultura Contemporânea, Fortaleza — Grupo de Prevenção ao Uso Indevido de Medicamentos (GPUM), coordenada pela Prof. Helena Lutésia Luna Coelho da UFCE, a SOBRAVIME procedeu uma análise sobre a má utilização do misoprostol (nome comercial Cytotec) como agente abortivo. Após ouvir e receber pareceres técnicos da Sociedade Paulista de Gastroenterologia e Nutrição, da Comissão Nacional de Reprodução Humana, da Federação das Sociedades Brasileiras de Ginecologia e Obstetrícia, do Laboratório Biolab e de ouvir vários especialistas, a SOBRAVIME elaborou relatório técnico-científico de 7 páginas que foi entregue à Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS). Chegou-se a conclusão que a proposta de retirada do mercado não seria adequada pelo seguinte motivo: "dado ser importante para tratamento de certo tipo de úlcera o misoprostol não deve ter sua comercialização proibida. Por outro lado, por ter indicação restrita a apenas às úlceras gástricas induzidas por uso de anti-inflamatórios não-esteroidais a exigência de um rigoroso controle sobre a prescrição e venda seria factível, o que viria reduzir drasticamente o uso indevido do misoprostol". "A concisão, a imparcialidade e o rigor técnico do relatório impressionaram favoravelmente os técnicos da SNVS. O Dr. Paulo Roberto Miele, chefe de Divisão de Produtos da SNVS em entrevista com a SOBRAVIME declarou que a SNVS concorda com a sugestão feita em nosso relatório e que no intervalo de 2-3 meses os seguintes passos serão dados para se atingir os objetivos propostos no parecer:

1. colocar de imediato o produto Cytotec na Portaria 27/86 o que exigirá receita com cópia carbonada;
2. em seguida, através de entendimentos já feitos, o laboratório Biolab produtor

do Cytotec, solicitará a retirada do produto do mercado;

3. ao ser concedido o cancelamento de registro do produto, o Laboratório reapresentará imediatamente pedido do novo registro;
4. a DIPROD concederá novo registro exigindo, entretanto, estrito controle que abrangerá inclusive identificação dos pacientes, pontos de venda e recetário especial, de maneira semelhante ao que já vem sendo feito com o produto Tigason (este só pode ser vendido em farmácias previamente selecionadas e com controle e identificação dos pacientes).

Enfim, a SOBRAVIME, neste episódio, considera que atingiu plenamente os objetivos pelos quais ela foi criada. Além do mais considera que o caminho que vem trilhando, de um relacionamento independente mas respeitoso e intransigente na defesa de saúde da população, tem encontrado eco junto aos diferentes setores da Sociedade e do Governo, propiciando um diálogo sério e consequente, como bem demonstra o presente assunto.

Abaixo a parte final do relatório da SOBRAVIME à SNVS.

Posição Oficial da SOBRAVIME sobre o Medicamento Cytotec®

Diante do exposto, sendo função da SOBRAVIME incentivar "estudos, investigações e análises sobre vigilância de medicamentos (artigo 2º a)"; "...visando proteger a saúde do povo brasileiro (artigo 2º c)", a Diretoria em reunião de 24 de junho de 1991 aprovou o presente parecer com as recomendações que se seguem.

1. O uso indiscriminado e ilegal do medicamento Cytotec para prática do aborto não deve ser objeto de discussão de ordem moral, religiosa ou meramente legal. É fundamental que o enfoque principal seja o da saúde da mulher brasileira.

2. Neste sentido, o medicamento em questão tem sido apontado como causa de um

grande número de internações emergenciais devido à expulsão apenas parciais dos produtos da concepção com conseqüentes hemorragias e demais complicações. Na realidade, o produto não é eficaz para produzir aborto: o que provoca é intensa hemorragia, que determina a necessidade de uma curetagem quando entra, finalmente, o abortoamento se concretiza. Além do mais, nos casos de maior sensibilidade à droga, há ruptura do fêtero de cicatriz interna de cesariana anterior, que implica ainda a necessidade de cirurgia reparadora. Ou seja, o medicamento não é, nem de longe, solução aceitável para o gravíssimo problema da enorme quantidade de abortos feitos ilegalmente no país e, portanto, este uso indevido pode ser considerado altamente nocivo pois coloca em risco a vida de quem o utiliza.

3. Entretanto, reduzir a problemática em análise a apenas um medicamento seria escamotear a necessidade urgente de uma discussão em profundidade sobre o assunto, em fórum apropriado.

4. Por outro lado, uma iniciativa já pode ser tomada enquanto tal discussão não ocorre: *controlar adequadamente o acesso ao medicamento Cytotec*, dificultando ou impedindo a sua aquisição sem receita adequada e possibilitando um controle severo do Estado sobre a comercialização do mesmo.

5. Neste sentido a SOBRAVIME propõe à Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde que através de Portaria, passe a:

- a) exigir notificação especial de receita para o produto Cytotec, onde seja especificado além dos dados do paciente e do médico, a razão da prescrição;
- b) retenção da notificação e posterior entrega das mesmas às Autoridades para fins de controle;
- c) exigir dos Estabelecimentos envolvidos mapas estatísticos semestrais e anuais sobre produção, importação, exportação, estoques e vendas;

d) limitar pontos de venda do produto, os quais deverão ser devidamente cadastrados pela autoridade sanitária competente.

2. Em Quem Confiar?

O Laboratório Wellcome pronunciou-se ao Presidente da SOBREVIVEME sobre a bula do produto *Otosporin*, motivo de controvérsia em nosso boletim nº 2. A seguir nossas considerações.

Recebemos no dia 25 de junho visita do Diretor Médico do Laboratório Wellcome Dr. Pedro Dohan que veio explicar a situação criada pela notícia do nosso boletim. Em síntese: a matriz do laboratório, na Inglaterra, tomou conhecimento do conteúdo do boletim e solicitou que houvesse o mais rapidamente possível a correção da desagradável situação pois muito contrariava os padrões adotados por este laboratório em todo o mundo.

Mostrou-nos o Dr. Dohan que a matriz já havia feito uma inspeção ao Brasil, entre 22 a 26 de outubro de 1990, examinando o seguinte material médico e promocional: "51 cartazes, 55 rótulos, 32 circulares de instrução, 25 verbetes em compêndios ou dicionários, 49 itens promocionais e 11 manuais de instruções para propagandistas". Exatamente a bula do OTOSPORIN foi um dos pouquíssimos itens que não atendia aos rigores do código internacional de conduta ética da firma, conhecido pela sigla GACT. A conclusão dos inspetores foi sumariada assim: "The majority of material reviewed was of high standard and ... Laboratories Wellcome — ICI, Brazil, should continue with their present level of awareness in the pursuit of GACT compliance..." Ainda foi-nos mostrado documentos comprovando que mudança radical na bula estava em andamento em época coincidente com nossa notícia.

3. Anatomia do I Congresso da SOBREVIVEME

Foi realizado de 3 a 5 de junho de 1991 em São Paulo o I Congresso Brasileiro de Vigilância de Medicamentos, promovido pela SOBREVIVEME, tendo temas oficiais "A necessidade real de medicamentos"; "A formação da consciência do usuário"; "Mecanismos regulatórios". A despeito do pouquíssimo tempo que tivemos para prepará-lo, achamos que se constituiu em um importante espaço para o "ressuscitamento" de uma discussão mais sistematizada no país sobre a questão medicamentos.

Estruturalmente o Congresso contou com 6 mesas redondas e 6 conferências, além da apresentação do "Madrigal Psychopharmacom" e das homenagens especiais prestadas ao Prof. Dr. Sérgio H. Ferreira, Prof. Titular e chefe do Depto. de Farmacologia da Fac. de Medicina de Ribeirão Preto —

USP, Prof. Dr. José Elias Murad, Prof. Titular de Farmacologia da Fac. de Ciências Médicas da UFMG, Dep. Federal PSDB/IMG e Prof. Dr. E. A. Carlini, Prof. Titular de Psicofarmacologia da Escola Paulista de Medicina; Pres. da SOBREVIVEME.

Profissionais de 4 países e 14 estados do Brasil estiveram presentes além de estudantes de graduação e pós-graduação, totalizando 228 pessoas. Os grandes ausentes no Congresso foram os técnicos da Sec. Estadual de Saúde e das Sec. de Saúde dos municípios de São Paulo que trabalham em Vig. sanitária e assistência farmacêutica, principalmente neste momento de implantação do SUS e conseqüente municipalização destas áreas.

Abaixo tentamos dar um panorama geral das mesas redondas e conferências, mas o principal será publicado nos Anais do Congresso o mais breve possível.

MESAS REDONDAS

I — Antibióticos: Quantos são e Quantos Deveriam Ser?

Mesa coordenada pelo Dr. José Luiz da Silveira Baldy, Prof. Titular "doenças transmissíveis" do Centro de Ciência e Saúde da Univ. Londrina, que abordou o tema "Análise crítica do uso de antimicrobianos", e composta pelo Dr. João S. de Mendonça, Diretor Serv. Moléstias Sfecciosas do Hosp. Serv. Público — SP que apresentou "Descoberta e desenvolvimento de novos antibióticos", e pelo Dr. Antonio T. Fernandes, Pres. Assoc. Paulista de Estudos e Controle de Infecção Hospitalar, que abordou "Repercussões do uso de antibióticos nas infecções hospitalares".

II — Relação Nacional de Medicamentos

Mesa coordenada pelo Dr. José Carlos C. Gezez Superintendente da Cia. Desenvolvimento Tecnológico (CODETEC) que expôs sobre a produção de fármacos e a situação do mercado farmacêutico no mundo capitalista e composta pelo Dr. Tiyoshi Ninomya, Coordenador da Coord. Central de Medicamentos Básicos da Secretaria de Saúde — SP que citou os objetivos e vantagens da Relação Nacional de Medicamentos (RENAME), pela Dra. Sarah M. Kanter, representante da Assoc. dos Lab. Farm. Nacionais (ALANAC) que definiu medicamentos essenciais dentro da proposição da universalização do acesso ao consumo e Dr. Jorge Z. Bernudez da Assoc. dos Lab. Oficiais do Brasil (ALFOB) que abordou a necessidade de se considerar a questão dos medicamentos como política social.

III — A "Necessidade Fabricada" de Medicamentos e a Realidade Brasileira

Mesa coordenada pela Dra. M. Carmo D. S. Batista, do Hosp. Serv. Público — SP e composta pela Dra. Simone M. Ramirez da Univ.

de Pernambuco que apresentou o estudo de caso "A medicalização na diarreia", Dra. Paola Materassi que abordou "O uso de drogas na gestação", Dr. Fernando Lefevre da Fac. de Saúde Pública com a abordagem "O medicamento e o sequestro da Saúde" e Dra. Suely Rozenfeld da Escola Nac. Saúde Pública — RJ, que apresentou trabalho de elaboração e divulgação "Guia Terapêutica para Atuação Primária".

IV — As Farmácias de Manipulação e Fórmulas Magistrais

Mesa coordenada pela Dra. Solange A. Nappo do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas — EPm, que abordou a questão do excesso de consumo, e a eficácia e segurança dos produtos das portarias 27/86 e 28/86 manipulados nas farmácias.

Participaram da mesa redonda Dra. Alcione G. de Alencar Rocha, Pres. da Comissão de Ética do CRE-SP, que enfocou as "Distorções na farmácia manipulação/integração da farmácia ao Sist. Único de Saúde (SUS)", Dr. Rogério Tokarski, vice-presidente da Assoc. Nac. de Farmacêuticos Proprietários de Farmácias Magistrais (ANFARMAG), que explicou a finalidade da farmácia magistral e sua importância, e o Dr. Antonio R. Lerdário da Soc. Bras. de Endocrinologia, abordando a questão "Farmácia magistral x Fórmulas para tratamento da obesidade; riscos, problemas e preocupações".

V — Utilização de Opiáceos no Brasil

Mesa coordenada pela Dra. Mirian Marteleite, Professora Titular de Anestesiologia da UFRS e consultora da OMS, setor câncer que apresentou o "Programa de Controle do Câncer da OMS", com a participação do Dr. Peter Spiegel, da Sociedade Brasileira de Estudos da Dor, que abordou os "Problemas e dificuldades para a obtenção de morfina e codeína no Brasil", Dr. Gilson L. Delgado (Centro de Ciências Médicas — Sorocaba) com o tema "Epidemiologia da dor no Câncer", e Dra. Judymara L. Gozzani, da Escola Paulista de Medicina, que apresentou a "Situação atual do tratamento da dor do câncer no Brasil".

VI — Registro/Licenciamento de Medicamentos no Brasil

Mesa coordenada pela Dra. Regina Scivoletto, Pres. da Comissão Nacional de Avaliação Técnica de Medicamentos (CONATEM), que abordou "importância da CONATEM no registro de medicamentos", com a participação do Dr. Paulo R. Miele, da Div. de Prod. da Sec. Nac. de Vig. Sanitária que apresentou a proposta do atual governo para a Vigilância Sanitária, Dr. Artur B. Ribeiro da Soc. Bras. de Investigação Clínica, que apresentou a proposta de uma "Fundação Nacional de Medicamentos", Dr. Dagoberto Brandão da Assoc. Bras. de Médicos Assesores de Indústria (ABMAIF) com o tema "Farmaco-

SOBREVIVÊ

vigilância na Hoeschst", e Dr. Dante Alário Júnior da Assoc. dos Lab. Farm. Nacionais, que abordou a questão da aceitação de patentes pelo Brasil.

CONFERÊNCIAS

I — *Epidemiologia de medicamentos* — Prof. Dr. Gianni Tognoni, do Depto. de Farmacologia Clínica do Instituto Mário Negri — Itália.

II — *Medicamentos dentro dos sistemas de saúde de vários países* — Prof. Dr. Léa Bevilacqua, da UNICAMP.

III — *A "necessidade fabricada" de medicamentos*:

1. *Aspectos sociológicos* — Prof. G. Giovanni, da UNICAMP.

2. *Aspectos técnicos científicos* — Prof. E. A. Carlini, da Escola Paulista de Medicina.

IV — *Food and Drug Administration e a Vigilância de Medicamentos: Comparação com outros países* — Prof. Dr. Julio Casoy, diretor médico da Wyeth-Ayerst International Inc. — USA.

V — *Sistema de vigilância e informações de reações tóxicas de medicamentos* — Dr. Anthony Wong, Pres. Soc. Bras. de Toxicologia, Dr. Branderley Cláudio, da Biogaléncia e Dr. Joaquim P. P. Morais Filho, da Merck — Sharp e Dohme.

VI — *Vigilância Farmacológica — Metodologia* — Dr. Joan R. Laporte, Depto. Farmacologia e Psiquiatria da Universidade Autônoma de Barcelona — Espanha.

REVEJA

O CONGRESSO DA SOBREVIVÊ

A cobertura completa do I Congresso Brasileiro de Vigilância de Medicamentos está disponível em vídeo para aquisição em conjunto (12 fitas) ou por unidade na VIDEOTECH

Al. Santos, 1470 cj. 1301 Cerqueira César
01418 — São Paulo — SP
Fone: (011) 284.3399

4. Noticiando

1. O Boletim de la Oficina Sanitária Panamericana 110 (3), 1991, anunciou nosso recém-realizado I Congresso Bras. de Vig. de Medicamentos, destacando os objetivos da SOBREVIVÊ: "Promover a investigação sobre o tema; alertar as autoridades e proteger o público de situações prejudiciais em relação aos medicamentos; defender os interesses e o imperativo moral dos que trabalham na vigilância de medicamentos e cooperar com outros setores da saúde pública".

2. *Congresso Nacional Preocupa-se com Medicamentos e Assistência Farmacêutica*

I — O Deputado José E. Murad (PSDB/MG) já esboçou projeto de lei que dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Vigilância Farmacológica, com a finalidade de avaliar a qualidade, eficácia e atividade dos medicamentos dispensados no país.

Na proposição destacam-se a possibilidade dos serviços de vigilância sanitária estabelecerem convênios com as universidades oficiais para procedimentos de análise, visando o controle de qualidade de medicamentos e obsta que organizações da área de medicamentos e produtos químico-farmacêuticos ligados às empresas nacionais ou multinacionais prestem assessoria ao Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

Os interessados em contribuir com este projeto de lei podem dirigir-se a:

Deputado José Elias Murad
Câmara dos Deputados
Anexo 4 Gabinete 341
70160-Brasília DF
Fone: (061) 311.5341/311.1245

II — O Deputado Eduardo Jorge (PT-SP) apresentou projeto de lei sobre a Assistência Farmacêutica e a atividade profissional do farmacêutico (Diário do Congresso Nacional — Seção 1 10 de julho de 1990 p. 8480 — 8483) no contexto da implantação do Sistema Único de Saúde.

Esta iniciativa elaborada com a participação de expressivos profissionais da categoria farmacêutica requer uma ampla divulgação e contato sistemático dos associados e dos que acreditam no trabalho da SOBREVIVÊ junto aos parlamentares visando sua aprovação.

3. Zoneamento de Farmácias e Drogarias em São Paulo

Luiza Erundina de Souza, prefeita de São Paulo, promulgou a Lei n.º 10991 (Diário Oficial do Município de São Paulo, 14 de junho de 1991), dispondo sobre a licença de localização para a instalação de novas farmácias e drogarias. Trata-se de importante passo para iniciar a disciplina do caótico mercado de medicamentos.

4. I Curso no Nordeste sobre Legislação e Controle de Medicamentos Psicotrôpicos

Realizou-se de 01 a 06 de julho do corrente o referido curso, contando com a presença de técnicos de Vigilância Sanitária de Secretarias de Saúde e de professores universitários da Bahia, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Piauí e Ceará. Através de aulas expositivas e discussões dos professores Solange A. Nappo (2.ª Vice-Presidente da SOBREVIVÊ — coordenadora do curso) e E. A. Carlini (Presidente da SOBREVIVÊ) foram expostos tópicos relativos às Convenções da ONU de 1961 (Convenção sobre Narcóticos) e de 1971 (Convenção sobre Psicotrôpicos) e às Portarias 27/86 e 28/86 da DIMED — Ministério da Saúde. Proferiram palestras, a convite, o Dr. Paulo Roberto Miele, chefe de Div. de Prod. da Secr. Nacional de Vig. Sanitária do Ministério da Saúde e o Dr. Aldemir de L. Sorrentino, coord. da Vig. Sanitária do Estado da Paraíba. Findo o curso os participantes fizeram as seguintes propostas de trabalho futuro:

A) Propostas de trabalho conjunto entre a Vigilância Sanitária (VISA) e Universidade do Nordeste

- Estruturar um grupo de trabalho com a participação da VISA e da UNIVERSIDADE, para reaver a questão de medicamentos no que se refere as portarias 27 e 28/86.
- Revisão ao nível estadual da Relação Nacional de Medicamentos (RENAM).
- Implementar os programas de plantas medicinais com o auxílio da Vig. Sanitária no tocante à legislação e fiscalização.
- Criar mecanismos para melhorar o controle de uso e o comércio das plantas medicinais.
- Cadastrar os agentes informais de saúde e promover reuniões periódicas entre UNIVERSIDADE/VISA/AGENTES.

B) Proposta para a Vigilância Sanitária

- Promover um maior intercâmbio entre as Vigilâncias para resolver o problema do comércio ilícito de substâncias entorpecentes e psicotrôpicos nas fronteiras, estabelecendo um padrão unificado de fiscalização.
- Difundir as informações no que diz respeito a Vigilância de Medicamentos.

C) Proposta para a SOBREVIVÊ

- Definir um representante para a Região Nordeste junto a SOBREVIVÊ, com o objetivo de coordenar as ações ligadas a Vigilância de Medicamentos na Região.
- Foi sugerido a Prof.ª Helena Lutécia Luna Coelho (Ceará).

5. Em 08.04.91 foi realizada reunião com os sócios titulares da SOBREVIVÊ com o objetivo de estender "a pessoas jurídicas que representem órgãos de ensino, entidades governamentais ou representativas da sociedade civil ligadas à saúde ou associativas de profissionais liberais de áreas afins aos objetivos da SOBREVIVÊ" o direito de se associarem como sócios coletivos. Damos boas vindas a todos que queiram estar conosco.

6. Em 04.06.91 realizou-se a 1.ª assembléia geral da SOBREVIVÊ onde foram apurados os votos que elegeram a 1.ª diretoria que ficou assim empossada: Pres. Elísaldou Luiz de Araújo Carlini (São Paulo), 1.º Vice-Presid. José Augusto Cabral de Barros (Pernambuco), 2.º Vice-Presid. Solange Aparecida Nappo (São Paulo), 1.º Secretário Washington Garbin (São Paulo), 2.º Secretária Helena Lutécia Luna Coelho (Ceará), 1.ª Tesoureira Maria Lúcia Carvalho (São Paulo), 2.ª Tesoureira Semiramis Lehmann Tannhauser (Rio Grande do Sul).

Conselho Editorial:

Alicione G. de Alencar Rocha, Emiko Fukuda, Eliane Gandolfi, Fernando Lefevre, Maria do Carmo Dias dos Santos Batista, Vera Lúcia Mercucci.

Conselho Fiscal:

Dirce Cruz Marques, Giâne Sant'Ana, Hiroko Furuya Enokibara, José Ruben F. de Alcântara Bonfim e Mariângela Tirico Aurichio.

5. Viglando

1. *Estranha intoxicação por um medicamento*

A revista *Lancet* 336, 1311, 24 novembro de 1990 comenta sobre a eclosão de um surto de envenenamento em várias regiões da Espanha devido à ingestão de fígado bovino contaminado com a substância *Clenbuterol*. Esta é um agonista adrenérgico β_2 , licenciada na Espanha como um broncodilatador, utilizada tanto em medicina humana como em veterinária.

As pessoas apresentavam manifestações clínicas de intoxicação 0,5 a 6 horas após ingestão do fígado e que duravam cerca de 40 horas. O perfil clínico da intoxicação caracterizava-se por tremores musculares facilmente observáveis, palpitações/taquicardia, nervosismo, cefalalgia e mialgia.

A etiologia do surto de intoxicação, que atinge as regiões de Astúrias, Leon, Palencia, Madrid-Toledo e várias cidades, foi feita por detecção da substância na urina dos pacientes. Sabe-se que o *Clenbuterol* é termolábil, concentra-se no fígado dos bovinos e é usado para aumentar o peso dos animais (segundo o Prof. Joan Laporte que participou do I Congresso da SOBREVIVEME, por reter água nos tecidos).

2. *Informa a revista Hospital Formulary* 25, 1204, Dezembro de 1990:

FDA conclui que os "genéricos" de drogas com estreita margem terapêutica estão dentro dos standards de segurança.

Após analisar amostra de 429 lotes de 24 diferentes drogas com estreita margem de segurança, de 73 produtos genéricos ("generic-names") ou com nomes de fantasia ("brand-names"), o FDA anunciou que "virtualmente todos", quer os produtos genéricos quer os com nome de fantasia, satisfizeram os standards de pureza e qualidade.

Os testes iniciaram-se em 1989 em resposta à preocupação crescente sobre a qualidade dos produtos genéricos. Os investigadores de 16 laboratórios do FDA testarão pelo menos três diferentes lotes das drogas analisadas.

6. Correspondências Recebidas

1. *Da Suíça*

O médico Hildebrando Haak estuda o problema do uso irracional de medicamentos desde 1986, realizou pesquisas inicialmente na Bahia e atualmente trabalha na Divisão de Controle de Doenças Diarréicas da Organização Mundial de Saúde em Genebra. Ele está convicto "que se necessita de uma rede de informações como a SOBREVIVEME para intercambiar o trabalho de cientistas, de profissionais de saúde pública, de farmacêuticos e outros para desenvolver estratégias,

que de forma auspiciosa produziram um impacto em nível nacional". Suas reflexões mais recentes, à disposição na SOBREVIVEME, são: Padrões de Consumo de Medicamentos em dois povoados da Bahia (Brasil) Rev. Saúde Públ., S. Paulo, 23 (2): 143-51, 1989 e *Pharmaceuticals in two Brazilian villages: lay practices and perceptions* Soc — Sci — Med — Vol. 27, N° 12 pp. 1415-1427, 1988.

Você poderá dirigir-se ao Hildebrando Haak, neste endereço:

Chemin Terroux 14
1216 Cointrin, Geneve
Suíça

2. *Da Inglaterra*

A publicação inglesa *SCRIP* (World Pharmaceutical News) está preparando um artigo sobre a SOBREVIVEME e seus objetivos, bem como matérias sobre os assuntos noticiados em nosso segundo boletim. Além disso, a editora Joan Torbett, em fax de 19.06.91, comunicou que gostaria de informar aos leitores de *SCRIP* o andamento das atividades de nossa sociedade.

O endereço da *SCRIP* é:
18/20 Hill Rise
Richmond Surrey TW10 6UA
England
Tel.: 081-9483262
Telex 895 1042/FOX 081-9485598

3. *Da ALANAC*

Dante Alário Júnior, Pres. da Assoc. dos Lab. Farm. Nacionais (ALANAC), em 7 de Março pp, dirigindo-se ao Dr. Balduar Oscar Schubert, da Secretaria Nacional de Vig. Sanitária (SNVS), afirma: "A ALANAC apóia os pesquisadores e também os profissionais do governo, interessados na democratização das informações e participação da sociedade como um todo. Assim a criação da SOBREVIVEME, acreditamos, virá somar-se ao Projeto de Farmacovigilância da SNVS, e terá como finalidade defender o consumidor brasileiro, além de desenvolver a pesquisa científica numa área onde o país é deficiente".

7. Próximos Eventos

1. *O 9º Congresso da Associação Médica de Goiás*

Em Goiânia, de 04 a 07 de Setembro reunirá mais de 1.200 participantes dos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins, do Distrito Federal e da região do Triângulo Mineiro.

Informações na Associação Médica de Goiás, Av. Portugal, esquina com Av. Mutirão — S. Oeste, 74999 — Goiânia — GO — Fone: (062) 251.1422.

2. *I Congresso de Farmácia e Biotecnologia de Minas Gerais*

De 20 a 23.08.91 no Minas Centro em Belo Horizonte. A promoção é do CRF-MG

em comemoração de seus 30 anos. Serão discutidos temas importantes para a categoria farmacêutica tais como: "Perspectivas do Profissional Farmacêutico no SUS", "Assistência Farmacêutica no SUS", "Política de Medicamentos" entre outros.

3. *Centro Colaborador do Brasil/OMS para Pesquisa e Treinamento em Saúde Mental*

Será instalado no dia 26 de julho em solenidade promovida e organizada pela Organização Mundial da Saúde, World Psychiatric Association e Ministério da Saúde do Brasil.

O centro brasileiro terá oito subcentros: Departamentos de Psiquiatria da UFERS, EPM, UFRJ, UFBA, USP, UNICAMP e Departamento de Psicobiologia da EPM.

Continuando o evento haverá o Encontro de Cooperação dos Países da Língua Portuguesa na Área de Saúde Mental com participantes da Guiné-Bissau, Portugal, Cabo Verde, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Brasil.

8. Novidades Editoriais

1. *O Medicamento como Mercadoria Simbólica*

De Fernando Lefevre, São Paulo, Cortez Editora, 1991, 184 págs. Para o autor os medicamentos simbolizam o mito da saúde perfeita a ser conquistada em suas várias formas: sono tranqüilo, potência sexual e vigor físico. Seu livro se baseia na análise de depoimentos de mais de cem consumidores de medicamentos e muitos anúncios veiculados em revistas médicas e dirigidas ao público em geral.

2. *O Marketing da Fertilidade*

De Ivan Wolfers, Anita Hardon, Janita Jansen, José Augusto Cabral de Barros, Vera Lucia Mercucci e José Ruben de Alcântara Bonfim, São Paulo, Hucitec, 1991, 141 págs. As mulheres no Terço-juro Mundo, e no Brasil, usam certos medicamentos de venda livre com o objetivo de regular a menstruação, diagnosticar a gravidez e sobretudo, ainda que sem eficácia, para provocar o aborto. As sérias conseqüências sanitárias para a saúde da mulher do consumo indevido e irracional destes medicamentos é pouco debatida pelos grupos de defesa de seus direitos e pelos profissionais de saúde.

No caso do Brasil, o livro comenta o emprego do misoprostol (Cytotec[®]) com finalidade abortiva, assunto divulgado nas últimas semanas na mídia impressa e eletrônica sem a profundidade que o problema exige.

Endereço para correspondência:
SOBREVIVEME — Depto. de Psicobiologia
Escola Paulista de Medicina
Rua Botucatu, 862 — 1º Andar
04023 — São Paulo — SP